

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

SC cobra mais policiamento nas rodovias federais

Carta Aberta dos Catarinenses quer abertura de 350 vagas de agentes rodoviários

Audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público no dia 15, na Assembleia Legislativa, para tratar da segurança nas rodovias federais em Santa Catarina culminou com a Carta Aberta dos Catarinenses.

O documento defende a redução da violência nas rodovias federais, pedindo concurso público regional para seleção de mais 350 agentes rodoviários. Ele será entregue ao Departamento da Polícia Federal, em Brasília, ao Ministério Público Federal e ao ministro dos Transportes, pedindo o aumento no efetivo de policiais rodoviários no estado.

Páginas 6 e 7



Eduardo Guedes de Oliveira

Com efetivo de 499 policiais, quando precisaria de pelo menos 900, estado ocupa segundo lugar no ranking de acidentes em estradas federais

Diário da Assembleia passa a ter apenas versão eletrônica

Página 10
Jonas Lemos Campos



Jorginho Mello: economia

RBS, Associação Acolhida na Colônia e ACII são homenageadas

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados entregam honraria a Pedro Sirotsky e Marcos Barboza pelos 30 anos da RBS

Páginas 3, 4 e 5

Executivo vai encaminhar projetos para policiais

Página 9

CCJ autoriza mudança na Educação Infantil

Página 8

OPINIÃO

Defesa do Meio Ambiente se faz com inteligência

Em abril deste ano, emissoras de rádio, televisão e jornais de todo o país noticiaram um protesto de uma organização não-governamental (ONG) que luta pela defesa do meio ambiente. Até aí nada mais justo e louvável. Na ação, os ativistas fecharam o trânsito da Ponte Rio-Niterói para estampar um grandioso cartaz que pedia o fim da emissão do dióxido de carbono, poluente encontrado na queima de combustível fóssil (petróleo) e responsável pelo efeito estufa. O cartaz foi aberto para glória dos ativistas. Em compensação, o tráfego ficou lento e o protesto resultou em um congestionamento quilométrico na ponte.

O resultado da ação da ONG foi o oposto ao desejado. Com o trânsito lento, cada automóvel que se encontrava parado na Ponte Rio-Niterói queimou mais combustível do que o normal. O protesto dos ativistas que pedia a diminuição do dióxido de carbono acabou por aumentar ainda mais a poluição. No final, o cartaz que eles deveriam ter aberto seria: "Joguem mais dióxido de carbono no ar".

O exemplo mal sucedido dos ativistas, infelizmente, foi seguido também por alguns setores da mídia, em relação ao Código Ambiental de Santa Catarina. A falta de informação sobre a lei gerou muita polêmica. A faixa de mata ciliar ficou reduzida a cinco metros, quando a legislação federal diz que essa área deve ter no mínimo 30 metros. No entanto, o que não foi mencionado é que a área de proteção nas margens de rios e ribeirões aumentou com a nova legislação. O Código Ambiental de Santa Catarina estabelece a exploração das matas ciliares de acordo com a largura do rio, riacho ou ribeirão. Por exemplo, o agricultor que possui uma propriedade nas margens de um rio com mais 300 metros de largura terá que deixar uma área de proteção bem acima dos 30 metros exigidos pelo Ibama.

O Código Ambiental estabelece normas gerais para proteção e melhoria ambiental no Estado e pretende a compatibilização entre o econômico, o social e o ambiental. Traz inovações importantes como a proposta de remuneração

ao produtor rural que se dispuser a manter a floresta nativa em pé e a recuperar e proteger as nascentes, por exemplo. Propõe financiamentos e subsídios de empreendimentos sustentáveis e daqueles que sejam minimizadores ou recuperadores da poluição e da degradação.

O Brasil é muito grande, cada estado da Federação possui características que diferenciam um do outro. O agricultor do Amapá não é o mesmo do Paraná e assim por diante. A iniciativa do governo de Santa Catarina abre um precedente histórico para que todos os estados Federados possam criar seus próprios códigos ambientais. Quem ganha com isso é a população e também a natureza. Cuidar do Meio Ambiente deve ser uma preocupação constante do legislador, mas deve ser feito com base na razão. Do contrário, ainda vamos ver muitos ambientalistas em cima de pontes e estradas estampando o cartaz da ignorância ambiental.

Deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB)

Começa segunda etapa do Orçamento Regionalizado

A Assembleia Legislativa altera seu ritmo de trabalho na próxima semana, quando será realizada a segunda etapa das audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Devido ao calendário de reuniões, promovidas pela Comissão de Finanças e Tributação, Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado e Coordenadoria do Orçamento Estadual, não serão realizadas sessões ordinárias, bem como não haverá trabalhos nas comissões permanentes da Casa. Os trabalhos legislativos retornam à normalidade no dia 30 de junho.

As audiências públicas começam segunda-feira, dia 22, em

Criciúma e Tubarão e seguem até o dia 29, em São José, na Grande Florianópolis (confira calendário abaixo). A agenda de encontros contempla as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional.

As reuniões com a população catarinense têm objetivo de consultar os municípios sobre quais obras e programas que o Executivo deve incluir no Orçamento do Estado de 2010. As prioridades listadas nos encontros deverão compor a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Na primeira etapa, realizada de 1º a 5 de junho, obras em malha rodoviária lideraram as reivindicações das 20 regionais ouvidas pelos parlamentares.

[AGENDA]

- **Dia 22, 9 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Auditório da Unesc - Criciúma
- **Dia 22, 15 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Auditório Bloco Cettal - Unisul - Tubarão
- **Dia 23, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Anfiteatro "Caverna" CAV - Udesc - Lages
- **Dia 23, 19 horas** - Lançamento do livro "Serra gente catarinense", de Anselmo Viana Nascimento
Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho - Florianópolis
- **Dia 24, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Anfiteatro da Universidade do Contestado (UNC) - Canoinhas
- **Dia 25, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Auditório da Amunesc - Joinville
- **Dia 26, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Auditório da FURB - Blumenau

Reforma política: só uma Constituinte é capaz

Mais uma vez, ao que tudo indica, o Congresso Nacional abriu e em seguida vai fechar a janela para a possibilidade de uma reforma política séria e capaz de dar musculatura à nossa democracia. Intimidado por "alguns", recua e coloca novamente na gaveta mudanças vitais ao processo eleitoral, como é o caso do voto em lista, do financiamento público e da democracia interna dos partidos.

Essa situação nos mostra o óbvio: o atual Congresso Nacional não tem condições de encaminhar a reforma política pela qual a sociedade e a democracia anseiam. Interesses partidários, corporativos, empresariais e individuais impedem qualquer avanço. Diante

dessa situação, o Partido dos Trabalhadores sustenta a necessidade de convocar uma Assembleia Constituinte para fazer a reforma política. Defendemos o voto em lista fechada como forma de despersonalizar o processo eleitoral. No lugar do voto na pessoa, queremos que o voto seja definido pelo debate ideológico, pela discussão de projeto de nação e não por motivos muitas vezes escusos. Da mesma forma, queremos o financiamento público para garantir mais equilíbrio entre as forças no processo eleitoral.

É preciso deixar claro que não existe financiamento público eleitoral sem o voto em lista. Um depende do outro. Juntos, esses dois instrumentos podem dar

outra cara à política brasileira. O voto em lista vai provocar a democracia partidária. Os políticos que se manifestam contra a lista devem ter a coragem de fazer as reformas estatutárias e promover a democracia dentro de seus partidos, dando um basta ao caciquismo arcaico.

Só uma séria mudança será capaz de pôr fim a partidos políticos de aluguel, à mão corrupta do sistema privado que banca campanhas milionárias, aos políticos que trocam de partido com o aceno de benesses, dentre outras mazelas. Uma reforma desse porte poderá resgatar o crédito da política.

Deputado Dirceu Dresch (PT)

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Braganholo e Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Proponente da cerimônia, deputado Jean Kuhlmann faz paralelo entre a imprensa e o Parlamento, que dão voz à sociedade

Parlamento presta homenagem aos 30 anos da RBS em Santa Catarina

Rede tem no estado quatro jornais diários, três emissoras de rádio, três emissoras de televisão e quatro portais na Internet

Andreza de Souza

Em sessão solene, a Assembleia Legislativa homenageou, dia 9, o Grupo RBS pela passagem dos seus 30 anos de instalação em Santa Catarina. Requerida pelo deputado Jean Kuhlmann (DEM), a cerimônia reuniu autoridades, colaboradores do grupo, além de profissionais da imprensa e familiares. A empresa está presente em Santa Catarina através de quatro jornais diários, três emissoras de rádio, duas emissoras de televisão e ainda quatro portais na internet.

Entre os presentes, o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o presidente da Casa Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB); o vereador e presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, Gean Marques Loureiro (PMDB); o 1º vice-presidente da Assembleia deputado Gelson Merísio (DEM); o prefeito da Capital, Dário Berger (PMDB), e o Conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Wilson Rogério Wan-Dall. Representaram a empresa o diretor-geral, Marcos Barboza, e o conselheiro Pedro Sirotsky.

A relação entre o Parlamento e a imprensa do estado foi amplamente destacada pelo requerente da sessão. Jean traçou um paralelo entre esses dois viés da sociedade, desde o surgimento do primeiro jornal "O Catarinense", na pessoa do

patrono da imprensa catarinense, Jerônimo Coelho, até as inovações dos dias atuais, frisando sempre a importância da comunicação no convívio social. "O Legislativo e a liberdade de expressão sempre andaram unidos e são os primeiros a serem calados quando a democracia é ameaçada. Sem Parlamento e sem meios de comunicação, nos tornamos um povo sem voz", observou. O democrata ressaltou que a representação política e a imprensa livre são primordiais para a democracia e para a formação de opinião justa e sincera. "A liberdade de imprensa significa, acima de tudo, liberdade de pensamento."

Ao homenageado, Jean rendeu honrarias. Da trajetória da empresa, o parlamentar foi testemunha. "Acompanhei a inauguração do Diário Catarinense, em 1986; da TVCOM, em 2000, e da Hora de Santa Catarina, em 2006", disse ele, concluindo: "É inegável a importância do Grupo RBS para a difusão de ideias, sonhos, esperanças e fatos dos catarinenses, por isso a Assembleia Legislativa faz esta homenagem aos integrantes da rede."

Na ocasião, o governador lembrou fatos do passado e reconheceu a contribuição da RBS para o estado, desde a informação diária até coberturas em eventos e campanhas sociais. "A RBS é a Rede Beneficente de Solidariedade", frisou Luiz Henrique.



Deputado Jean com homenageados Pedro Sirotsky, Marcos Barboza, governador e presidente Jorginho Mello

Grupo destaca gratidão e cumplicidade

Marcos Barboza e Pedro Sirotsky agradeceram a homenagem do Legislativo e falaram da gratidão que sentem ao desenvolver um trabalho diretamente ligado à vida dos catarinenses. Barboza fez relatos do desenvolvimento do estado, da evolução tecnológica e das coberturas em eventos. "A cumplicidade entre os catarinenses e a RBS é o que nos faz trabalhar com tanto empenho e entusiasmo. Trabalhamos anos após anos comprometidos com o interesse público e isso nos faz

manter a preferência dos catarinenses por 30 anos, disse.

Para Sirotsky, tudo o que existe hoje foi graças ao fundador Mauricio Sirotsky Sobrinho, considerando-o "o verdadeiro empreendedor, o corajoso, o líder, o pai". Ele pontuou as características da empresa e reforçou que a missão do grupo continua a mesma desde o início, que é de facilitar a comunicação das pessoas com o seu mundo. "Neste momento registro a emoção e o agradecimento da família, dos acionistas e daqueles

que fazem parte da vida das catarinenses", concluiu.

Um documentário intitulado "Orgulho de ser catarinense" reforçou os pronunciamentos da noite e mostrou o trabalho, as várias etnias, culturas e histórias.

Os representantes do Grupo RBS receberam do Legislativo, através de todos os parlamentares presentes na sessão, uma placa comemorativa pelo reconhecimento dos 30 anos de atuação e pelo compromisso de informar e integrar a comunidade catarinense.

INSTITUCIONAL

Sessão solene destaca 10 anos da Associação Acolhida na Colônia

Entidade trabalha em parceria com 170 famílias de agricultores em 30 municípios para difundir turismo rural

Eduardo Guedes de Oliveira



Requerente da homenagem, deputado Décio Góes entrega placa aos homenageados da entidade

Tatiani Magalhães

Os 10 anos da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, entidade não-governamental, foram comemorados, dia 15, em sessão especial realizada no Plenário Osni Régis, na Assembleia Legislativa. A iniciativa do deputado Décio Góes (PT) teve a aprovação unânime dos 40 parlamentares e reuniu autoridades e entidades ligadas ao setor. "Queremos reconhecer o mérito desta entidade que ao longo dos anos vem realizando um grande trabalho valorizando a vida no campo" destacou Góes.

Um vídeo institucional mostrou a história da entidade. Em 1998, a associação deu início ao trabalho em Santa Rosa de Lima. A entidade tem parceria com 170 famílias de agricultores de 30

municípios. Para aproximar turistas urbanos da vida no campo, a iniciativa oferece aos visitantes paisagens deslumbrantes com espírito acolhedor, além das delícias gastronômicas feitas no fogão à lenha.

Após a exposição do vídeo, Valério Alécio Turnes ressaltou que a entidade tem como meta promover o agroturismo como alternativa de trabalho e renda junto aos agricultores familiares em vários municípios agrupados em quatro territórios: Serra Geral, Regional Ibirama, Urubici e Imbituba. "Diante dessa experiência exitosa a associação já recebeu vários prêmios nacionais e internacionais. A cada ano surgem novos desafios, porém os agricultores vêm lutando para manter uma agricultura de qualidade", frisou.

Parlamento Jovem vai às escolas

A Escola de Educação Básica Cecília Rosa Lopes, em São José, Grande Florianópolis, foi a primeira unidade a receber a visita da equipe da Escola do Legislativo para a orientação sobre o Parlamento Jovem. Ela foi sorteada para participar da oitava edição do Programa Parlamento Jovem, juntamente com mais sete unidades do Estado. Foram sorteadas uma por região (Grande Florianópolis, Meio Oeste, Nordeste, Norte, Vale do Itajaí, Sul, Planalto Serrano e Oeste), sendo cinco alunos por escola.

O Parlamento Jovem é um projeto da Assembleia Legislativa criado para estimular a participação política da juventude. O "deputado estudante", como é conhecido o aluno participante do programa, viverá situações reais da atividade político-parlamentar com a elaboração, apresentação e votação de projetos em sessão plenária. "O programa é muito importante porque mostra ao jovem como fazer e conhecer as leis. O nosso adolescente tem que se inteirar mais e a Escola Legislativa faz isso de maneira educativa e participativa", disse o professor de matemática César Pires.

A aluna do 1º ano do Ensino Fundamental Carine Ferreira

acredita na eficácia do Parlamento Jovem. "O que estou aprendendo aqui hoje é muito importante. Não temos essa oportunidade no dia-a-dia. O Parlamento Jovem nos mostra como tudo funciona na Assembleia Legislativa", observou.

Também aluno no 1º ano, John Lennon Ferreira disse que está aprendendo mais e que a política o interessa muito. "Estamos aqui para aprender sobre os nossos direitos e também sobre os nossos deveres. Conhecer os nossos parlamentares também é fundamental, principalmente sobre a participação efetiva dele na política",

completou.

A diretora da escola, Mônica Lisboa de Liz, lembrou que é a segunda vez que os alunos participam do Parlamento Jovem. "Colocar o jovem para fazer parte da política é de suma importância para todos. É a segunda vez que participamos e estaremos lá para batalhar pelos interesses de todos", finalizou. Na primeira vez que a escola participou do Programa foi aprovado um projeto que cria a função do bibliotecário nas escolas, que ainda não foi implantado. Neste ano, o projeto terá como tema a violência no trânsito.

Carlos Kilian



Alunos de escola em São José recebem orientações sobre programa

Turista conhece a vida rural

Na condição de representante dos homenageados, Wilson Schimdt disse que a sessão era um momento muito significativo e estimulador para o programa. Diferente de tudo o que existe na área do turismo, o programa é destinado a pessoas que desejam conhecer a rotina diária dos agricultores, revelando aos turistas como é feito o plantio dos alimentos orgânicos.

O programa possui um roteiro diferenciado. "Com pousadas e quartos coloniais, nada mais do que quartos na casa dos agricultores orgânicos, o passeio dá oportunidade para os turistas comprarem produtos orgânicos direto da fonte. Entre os produtos estão leite, queijo e alface", revelou.

Representando o secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel, Valdir Valendovisk destacou que o governo do Estado se orgulha de ter em Santa Catarina um programa como esse.

"Vemos a iniciativa como um instrumento que assegura a preservação do meio ambiente e a qualidade na agricultura. Vamos continuar sendo parceiro nesse programa", afirmou.

Após os pronunciamentos, o Parlamento catarinense, através do requerente da homenagem, deputado Décio Góes, fez a entrega de uma placa simbolizando o reconhecimento do trabalho realizado pela associação. A placa foi entregue aos pioneiros do programa no estado.

Saiba mais

Há quatro anos o projeto Acolhida na Colônia ganhou o prêmio ODM 2005, da ONU - um incentivo a práticas que contribuam para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, traçados a partir de um estudo sobre os problemas mundiais. O prêmio reconheceu a contribuição do projeto na inclusão das mulheres e jovens no combate à miséria e na luta pela preservação

ambiental.

Em 2008, conquistou o Prêmio Generosidade da Editora Globo, que foi disputado com 225 histórias de pessoas que fazem o bem no Brasil.

O prêmio de R\$ 200 mil foi destinado para fundo de pequenos empréstimos a agricultores e aplicados no Projeto Roda d'Água, que estimula a energia renovável nas propriedades.

INSTITUCIONAL

Assembleia comemora os 80 anos da ACII

Associação Empresarial de Itajaí trabalha pela integração, desenvolvimento empresarial e social do município

Rodrigo Viegas

A Assembleia Legislativa realizou, dia 17, sessão solene em homenagem aos 80 anos da Associação Empresarial de Itajaí (ACII). Fundada em 1929, a ACII tem, ao longo destas oito décadas, promovido a integração, o desenvolvimento empresarial e social, estimulando a livre iniciativa, o associativismo e a união dos associados em torno de práticas de ações que beneficiam a sociedade como um todo.

Proponente da sessão, o deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB) afirmou que ACII tem sido peça fundamental em muitos momentos da história de Itajaí. Entre eles, destacou a construção do porto, do Hospital Marieta Konder Bornhausen e outras importantes iniciativas apoiadas pela associação.

Representante do setor empresarial no Parlamento catarinense, o deputado Reno Caramori (PP) registrou seu respeito pela luta e trabalho dos associados da ACII. "Não é a associação que conquista respeito, mas seus associados. Ser empresário hoje é ser corajoso e empreendedor. É mostrar aos brasileiros que a força do trabalho e da responsabilidade do setor produtivo fazem deste estado um gigante tão pequeno", afirmou.

Também prestigiando a homenagem, o deputado Renato Hinnig (PMDB) enfatizou seu respeito ao empresariado que "contribui e engrandece o estado e a cidade de Itajaí". Hinnig fez menção a sua atuação como diretor tributário da secretaria de Estado da Fazenda,

quando implantou ações para incremento das exportações do porto de Itajaí, e se disse orgulhoso do que chamou de "grande propulsor da economia catarinense".

O deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), por sua vez, salientou que a Associação Empresarial de Itajaí é a quarta mais antiga do estado, só ficando atrás de Florianópolis, Blumenau e Joinville.

Ainda frisou a contribuição das ações da ACII para a geração de emprego e renda, a atuação destacada em momentos delicados do município e o trabalho do povo da região.

Coletivo

Em nome dos homenageados, a ex-presidente Maria Izabel Sandri referiu-se aos gestores da ACII como pessoas que sempre valorizaram o bem-estar coletivo, "uma tônica das administrações". Segundo ela, "sempre procuramos disseminar a cultura associativista, difundindo uma postura ética e a excelência das parcerias, promovendo o desenvolvimento e agregando valores".

Presidente em exercício da associação, Marco Aurélio Seara Júnior disse que o que faz a ACII comemorar 80 anos com tanta credibilidade é a participação de homens e mulheres com concepção social, com responsabilidade e dedicação ao trabalho como princípio. Seara aproveitou o momento para registrar algumas lutas atuais da instituição, entre elas: a duplicação da BR-470, a construção da



Proposta pelo deputado Adherbal Deba Cabral, cerimônia destaca importância da entidade na história de Itajaí

marginal da BR-101, implantação do hemocentro do município, recuperação do porto, melhorias no aeroporto de Navegantes, regulamentação do terreno do 1º Batalhão da Polícia Militar e a busca de recursos para a construção de uma nova sede para a ACII.

Ex-deputado e prefeito de Itajaí, Jandir Bellini (PP) agradeceu aos 40 parlamentares da Assembleia Legislativa que unanimemente aprovaram o requerimento do deputado Deba para homenagear a associação. Bellini ainda realçou que "além do setor econômico a ACII foi sempre uma grande parceira da administração pública, principalmente no que diz respeito à área social".

Os homenageados

- **Bonifácio Schmitt** – *in memoriam* (presidente de 1929 a 1932)
- **Genésio Miranda Lins** – *in memoriam* (presidente de 1932 a 1959)
- **João Pery Brandão** – *in memoriam* (presidente de 1959 a 1965)
- **Leodegário P. Silva** – *in memoriam* (presidente de 1965 a 1968)
- **Nivaldo Detóie** – *in memoriam* (presidente de 1968 a 1974)
- **Noemi dos Santos Cruz** (presidente de 1974 a 1980)
- **José Luiz Collares** – *in memoriam* (presidente de 1980 a 1988)
- **Frederico Olindio de Souza** (presidente de 1988 a 1990)
- **Horácio de Figueiredo** (presidente de 1990 a 1992)
- **Mário César Sandri** (presidente de 1992 a 1996)
- **Odemari Ferrari** (presidente de 1996 a 2000)
- **Jucélia Ferreira** (presidente de 2000 a 2002)
- **Maria Izabel Sandri** (presidente de 2002 a 2006)
- **Marco Aurélio Seara Junior** (atual presidente)

Instalado Fórum Parlamentar de Demarcações de Terras Indígenas

O Fórum Parlamentar de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte e Nordeste de Santa Catarina foi instalado dia 17 na Assembleia Legislativa. Ele tem objetivo de reunir os interessados num amplo debate para esclarecer questões incertas, como a origem dos índios que moram nas terras em questão.

Prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores das cidades envolvidas, associação dos proprietários de terras, o secretário do Desenvolvimento Regional de Joinville, Manoel Mendonça, e um representante da Procuradoria Geral do Estado serão convidados a participar de uma reunião dia 30 de junho, às 17 horas, no Parlamento.

Na reunião de instalação dos trabalhos, os deputados Nilson Gonçalves (PSDB), presidente, Darci de Matos (DEM), vice-presidente, e Kennedy Nunes (PP), secretário, definiram que serão realizadas três audiências em Brasília: com o Fórum Parlamentar Catarinense, com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e com o ministro da Justiça, Tarso Genro.

Os encontros vão discutir os pontos polêmicos referentes ao território que compreende os municípios de São Francisco do Sul, Araquari, Barra do Sul, Garuva e, ainda, as áreas particulares produtivas, o Porto de São Francisco do Sul, o entorno ferroviário e a duplicação da BR-280. Conforme Gonçalves, há

algumas contradições nos estudos feitos na região pela Funai. Um relatório de 1996 não reconheceu a existência indígena na área, porém, outro de 2003, elaborado por novo corpo técnico, concluiu existir cerca de 300 famílias indígenas. Ele afirma que o conflito de informações está arrastando a luta por vários anos. "É preciso agilizar os trabalhos para termos a real dimensão do problema e, assim, dirimir todas as pendências sem prejudicar os proprietários locais", disse.

Também integram o grupo de trabalho os deputados Jailson Lima (PT), José Cardozo – Cardozinho (PPS), Cesar Souza Júnior (DEM), Antônio Aguiar (PMDB) e Professora Odete de Jesus (PRB).

Alunos de Fraiburgo participam dos Vereadores Mirins

A Assembleia Legislativa, através da Escola do Legislativo, realizou dias 17 e 18, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, palestras do Programa de Formação Política para Vereadores Mirins de escolas de Fraiburgo.

Alunos de escolas estaduais, municipais e particulares que cursam da 5ª a 8ª série participaram das palestras "O papel do Poder Legislativo e o Fortalecimento da Democracia", "O que você tem a ver com a corrupção" e "Política e Cidadania". Segundo Carla Vieira Pedrozo, coordenadora da Escola do Legislativo, responsável pelo projeto, "a iniciativa estabelece dois anos de mandato, sendo que no primeiro é feita uma preparação e no segundo os vereadores mirins já participam de sessões".

Na condição de palestrante, o consultor legislativo e economista Fábio Polli explicou aos alunos a diferença entre o assessor parlamentar e o consultor legislativo, já que ambos exercem a função de assessorar os parlamentares. "Cada deputado possui um assessor parlamentar para cuidar de seus assuntos políticos, entre eles a programação da agenda. Já o consultor legislativo presta consultoria quando solicitado". De acordo com Fábio, o legislativo possui 30 consultores com diferentes formações, entre eles advogados, economistas, administradores aptos a assessorar os parlamentares em projetos ou assuntos que envolvam estas áreas. Fábio ressaltou a importância de saber as funções dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. "

INSTITUCIONAL

Audiência esclarece dúvidas sobre programa habitacional

Audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa, presidida pela deputada Odete de Jesus (PRB), esclareceu dúvidas sobre o programa de habitação do governo federal Minha Casa, Minha Vida. Os principais questionamentos foram de ordem burocrática e sobre o perfil da população que tem direito aos benefícios previstos.

De acordo com a apresentação feita pelo superintendente da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina, Roberto Carlos Ceratto, o objetivo do programa é subsidiar a aquisição de imóvel novo para os segmentos

popacionais de menor renda e, com isso, reduzir o déficit habitacional em aproximadamente 14%.

Além de aumentar o investimento na construção civil, gerando emprego, a meta é viabilizar 1 milhão de moradias para famílias com renda até 10 salários mínimos. Nas faixas de renda até três salários mínimos serão financiadas 400 mil moradias, outras 400 mil de três a seis salários, e acima disso serão 200 mil moradias.

Em Santa Catarina, conforme o representante da CEF, serão 24.049 unidades no total. São Paulo, Minas Gerais e Bahia

são os estados que receberão o maior número de unidades financiadas dentro do programa, acima de 350 mil imóveis. São 16 municípios catarinenses que estão selecionados no programa e que têm população entre 50 e 100 mil habitantes: Araranguá, Balneário Camboriu, Biguaçu, Brusque, Caçador, Camboriú, Canoinhas, Concórdia, Gaspar, Içara, Laguna, Marafra, Navegantes, Rio do Sul, São Bento do Sul e Tubarão. Acima de 100 mil habitantes, os municípios de: Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Palhoça e São José.



Proposta pela deputada Ada Faraco de Luca, encontro promovido pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público identificou déficit no contingente

SC cobra mais policiamento nas rodovias federais

Audiência culmina com Carta Aberta dos Catarinenses reivindicando abertura de concurso público para contratação de 350 agentes rodoviários

Graziela May Pereira

Santa Catarina ocupa o segundo lugar no ranking de acidentes nas rodovias federais. Para fazer uma radiografia das estradas federais, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público realizou audiência pública, dia 15, na Assembleia Legislativa, com a presença de representantes do setor.

A reunião culminou com uma Carta Aberta dos Catarinenses, em favor da redução da violência nas rodovias federais, pedindo concurso público regional para abertura de 350 vagas de agentes

rodoviários. O documento será entregue ao Departamento da Polícia Federal, em Brasília, ao Ministério Público Federal e ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pedindo o aumento do efetivo de policiais rodoviários no Estado.

Segundo a deputada Ada Faraco De Luca (PMDB), que propôs e presidiu a reunião, o Estado tem apenas 499 policiais, quando precisa de pelo menos 900. "O efetivo está falho e a infraestrutura rodoviária também. Temos que resolver esse problema", disse Ada. O fechamento de quatro postos nos municípios de São Cristóvão do Sul,

Itaiópolis, São José do Cedro e Itajaí é outra preocupação.

Anualmente morrem 35 mil pessoas por ano nas estradas brasileiras e, dos 400 mil feridos atendidos nas rodovias, 20% morrem ao chegar ao hospital. Os dados apresentados pela PRF ainda apontam que a frota em Santa Catarina alcançou os 3 milhões de veículos para uma população de 6 milhões de habitantes. "São dois habitantes por veículo. É muito carro para pouco efetivo. Sem contar outras questões como a péssima condição de algumas estradas", disse Luiz Ademar Paes,

superintendente da PRF de Santa Catarina.

Paes acredita que é preciso uma maior fiscalização e o melhoramento do transporte coletivo, já que foi constatado numa pesquisa realizada na entrada de Florianópolis que, em cada veículo particular, há uma média de 1,4 ocupante. "Proporcionando um transporte coletivo de melhor qualidade, as pessoas vão pensar em deixar seus carros em casa e, conseqüentemente, os acidentes de trânsito irão diminuir". Sobre o concurso público regional, Paes afirmou que é a melhor solução no momento.

Cada acidente custa até R\$ 400 mil para cofres públicos

O representante do Sindicato dos Policiais Rodoviários de Santa Catarina, Leandro Andrade do Nascimento, afirmou que o país tem um custo médio por acidente de R\$ 90 mil, quando há feridos. No caso de morte, o valor sobe para R\$ 400 mil. "O Brasil gastou em 2008 cerca de R\$ 8 bilhões com os acidentes. É um custo extremamente elevado para a sociedade, pois esse dinheiro poderia ser gasto com o melhoramento das rodovias", falou.

Leandro completou que a redução do número de acidentes só depende de um trabalho de prevenção conjunto nos ambientes familiares, escolares e até mesmo religiosos. Como solução, ele disse que é preciso a realização imediata de um concurso público. "O efetivo é o nosso grande problema, mas também temos que resolver outras questões como a instalação de defensas, criação de terceira faixa em determinados pontos das rodovias e a colocação

de sinalização regressiva nas curvas".

A resolução de alguns pontos críticos das estradas federais, como controle das balanças e renovação das rodovias, foram apontadas como uma grande iniciativa de melhora pelo presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas no Estado, Pedro José de Oliveira Lopes. "Temos que resolver essas questões para que outros pontos possam ser resolvidos. Nós temos

uma BR da década de 70 utilizada por veículos de 2010. É um disparate. Nossas pontes estão caindo", disse.

Ao final do evento, a Carta Aberta foi assinada por todos os participantes para, então, ser enviada aos órgãos já citados. Também estiveram na audiência pública os deputados José Cardozo - Cardozinho (PPS), Angela Albino (PCdoB) e Antônio Aguiar (PMDB), além de representantes da Polícia Militar e do Detran.

Convenção de Solidariedade marca 50 anos da Revolução Cubana

A 17ª Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba, promovida pela Associação Cultural José Martí, de Santa Catarina, foi realizada no auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa, de 10 a 13 de junho. O objetivo do evento foi organizar as atividades de apoio ao país. Os 50 anos da Revolução Cubana também foram lembrados durante o debate.

O cônsul-geral de Cuba no Brasil, Carlos Trejo Sosa, destacou, em entrevista coletiva no dia 10, os 50 anos da revolução, o bloqueio americano à ilha, os cinco cubanos presos pelos Es-

tados Unidos por espionagem e a realidade atual do país. "Nosso governo fez uma apelação na Corte Suprema Americana pela liberação do presos e aguarda a resposta."

O cônsul comentou o bloqueio norte-americano que prejudica o comércio entre Cuba e os demais países. Trejo Sosa explicou que esta política impede, inclusive, acordos com o Brasil. "Cuba tem interesse de comprar os aviões produzidos pela Embraer, mas não pode porque parte dos equipamentos das aeronaves são feitos pelos Estados Unidos e então não podemos

comprá-los", relatou.

Fora o impedimento com as aeronaves da Embraer, o Brasil é um dos principais parceiros de Cuba, segundo da América Latina, ficando atrás apenas da Venezuela. Para Sosa, estes são os primeiros 50 anos de bloqueio. "Estamos preparados para resistir muito mais tempo", declarou.

O cônsul-geral acrescentou que Cuba é alvo de "ações terroristas" desde 1959, quando teve início a revolução naquele país. "O governo norte-americano reconheceu mais de 600 tentativas contra Fidel Castro, todas documentadas", assegurou.

Eduardo Guedes de Oliveira



Cônsul cubano lamenta que bloqueio norteamericano prejudique as relações comerciais com outros países

Juventude cubana se prepara para novos rumos e desafios

Diretora do Centro de Estudos sobre Juventude da Universidade de Havana, a professora Natividad Guerrero foi uma das palestrantes da 17ª Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba, marcando a comemoração dos 50 anos da Revolução Cubana. Integrante da Sociedade Científica de Psicologia Cubana e de Estudos da Sexualidade, Guerrero falou sobre "A juventude de Cuba hoje: Novos rumos e desafios".

A professora abordou pontos que considera fundamentais para a juventude cubana: educação, saúde, cultura e esporte. Também avaliou políticas públicas direcionadas aos jovens e novas perspectivas no mercado de trabalho latinoamericano.

A saúde teve destaque na palestra de Guerrero. Ela enfa-

tizou que os serviços de saúde em Cuba são gratuitos e destacou o trabalho de atendimento à gravidez e maternidade na adolescência.

O combate à AIDS entre jovens de 15 a 29 anos, com atendimento integral a cerca de 2.700 pacientes, foi outro assunto que recebeu atenção especial. Segundo a palestrante, "Cuba tem hoje 45 mil assistentes sociais trabalhando na orientação sexual e na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis".

Cultura

No campo da cultura, a introdução de 15 escolas de arte por todo o país, trabalhando com o conceito de diversidade e heterogeneidade, foi elogiada pela professora. "Estamos desenvolvendo a massificação da cultura em Cuba, proporcionando facilidade e oferta para que os jovens se identifiquem com ações culturais".

E muitas destas ações culturais podem ser encontradas nas universidades, tendo em vista que a universalização do ensino superior em Cuba é uma realidade. "Todos os jovens cubanos têm acesso à universidade, desde que preencham os requisitos básicos que se exige. E é ainda através de uma formação universitária competente que a população de Cuba estará apta a preencher postos de trabalho atrativos, numa busca da valorização profissional e no desenvolvimento do país", avaliou Guerrero.



Deputada Professora Odete de Jesus salienta importância do debate para viabilizar sonho da casa própria

COMISSÕES

CCJ dá sinal verde para municipalização da Educação Infantil na rede estadual

Projeto de lei complementar transfere aos municípios a responsabilidade administrativa, financeira e operacional

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, por maioria, o Projeto de Lei Complementar nº 13/09, do Executivo, que estabelece critérios para a municipalização da Educação Infantil da rede pública estadual. A reunião dia 16, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), contou com a presença maciça de professoras estaduais.

Classificado como importante e polêmico, o PLC gerou debate entre os parlamentares após a apresentação do parecer favorável pelo relator, deputado Cesar Souza Júnior (DEM), apesar das manifestações contrárias dos deputados Sargento Soares (PDT), Pedro Uczaí e Dirceu Dresch, do PT. Pela relatoria, o mais difícil foi ter conseguido a compreensão do Executivo na permanência das práticas educacionais que já acontecem atualmente, ou seja, as educadoras continuam trabalhando seis horas ininterruptas com as crianças e mais duas horas desenvolvendo outras atividades como capacitação, avaliação e atendimento aos pais. Isso porque ele apresentou uma emenda supressiva, que retira do projeto

o artigo 13, que revoga o artigo 6º da Lei Complementar nº 150, de julho de 1996. Outra emenda apresentada assegura vaga para os filhos das servidoras em idade que corresponde à educação infantil. "Esse projeto visa corrigir um fator já existente", disse Cesar Júnior.

Uczai, Soares e Dresch entendem que é preciso debater a responsabilidade e a qualidade da educação, além da garantia de um maior número de vagas para atender a demanda. Por isso, ficou acertado o apoio de todos os parlamentares da CCJ para a realização de uma audiência pública, quando o PLC der entrada na Comissão de Educação, que apreciará o mérito da matéria.

Pela matéria, fica o Executivo autorizado a promover a municipalização da Educação Infantil da rede pública do Estado, por intermédio da transferência da responsabilidade administrativa, financeira e operacional aos municípios, onde as unidades estejam em funcionamento, mediante autorização do Legislativo municipal.



Relator da matéria, deputado Cesar Souza Júnior, apresenta parecer favorável com emendas ao projeto

Segundo as professoras Cleide Amaro e Cida Barrão, a educação infantil já está municipalizada e o grande problema é a

perda dos direitos já adquiridos. "Não alterar as horas diárias, não perder a qualidade e garantir a vaga para seus filhos são pontos

primordiais", afirmaram.

A matéria segue, agora, para as Comissões de Finanças e Tributação e de Educação.

Autorizada redução de ICMS para protetores solares

Duas matérias foram aprovadas, dia 17, na Comissão de Finanças e Tributação. A primeira autoriza o Executivo a reduzir de 25% para 17% a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre protetores solares. A iniciativa do deputado Cesar Souza Júnior (DEM) visa tornar o produto mais acessível à população, diminuindo o câncer de pele. Enquanto a média nacional de novos casos de câncer de pele é de cerca de 60 para cada 100 mil habitantes, no Sul do país a estimativa é de 89 casos para cada 100 mil habitantes.

Também foi aprovada a alienação de imóvel em Florianópolis, pertencente ao Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), para captar recursos para a construção da sede própria do órgão.

Economia confirma Porto Belo capital dos transatlânticos

A Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, presidida pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), aprovou, dia 17, o projeto de lei que reconhece o município de Porto Belo como Capital Catarinense dos Transatlânticos.

Segundo o Projeto de Lei nº 84/09, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), o município de Porto Belo é considerado o principal ponto receptivo de transatlânticos do estado. Nos últimos anos, o número de turistas que aportou na cidade através de cruzeiros marítimos triplicou, com mais de 50 transatlânticos. "Porto Belo é hoje escala de navios nacionais e internacionais, que aportam no município trazendo milhares de turistas nas temporadas de verão, que, por sua vez, são recepcionados com atrações culturais do local e de nosso estado", disse em seu projeto.

Os deputados da Comissão de Economia também aprovaram a

realização de duas audiências públicas. Uma para tratar do Programa Microempreendedor Individual e outra sobre a sonegação fiscal do álcool em Santa Catarina. A primeira audiência foi solicitada pelo deputado Dirceu Dresch (PT) com o objetivo de divulgar o programa no estado. "O governo federal espera 10 milhões de cadastros com a realização de programa. É um grande passo", disse. A reunião está marcada para o próximo dia 3 de julho, às 15 horas, na Assembleia Legislativa.

Sem data e local definidos, a segunda audiência pública que vai discutir a sonegação fiscal do álcool combustível no estado foi pedida pelo deputado Edison Andrino (PMDB). De acordo com o parlamentar, mais de 20% do álcool que entram em Santa Catarina é ilegal.

Também estavam presentes à reunião os deputados Plínio de Castro (PP), Serafim Venzon (PSDB) e Elizeu Mattos (PMDB).

Agricultura aprova moções encaminhadas por prefeituras

Em reunião dia 17, a Comissão de Agricultura e Política Rural aprovou duas moções encaminhadas pelas prefeituras dos municípios de Riqueza e Ipumirim. Conduzido pelo presidente da comissão, deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), as moções obtiveram aprovação unânime dos deputados Reno Caramori (PP), Serafim Venzon (PSDB), Ismael dos Santos (DEM) e Sargento Amauri Soares (PDT), membros da comissão.

De acordo com Peninha, a moção encaminhada pela Câmara Municipal de Vereadores de Riqueza pediu apoio do Legislativo com relação ao grave problema ocasionado pela estiagem que atingiu os agricultores e pequenas propriedades rurais do município.

No documento apresentado, fica evidente a preocupação com dívidas, uma vez que os agricultores não têm mais con-

dições de honrar o pagamento de seus débitos junto às instituições financeiras. "Estaremos encaminhando à prefeitura cópia das moções aprovadas na Casa referentes à estiagem em Santa Catarina. Temos seis moções sobre o assunto que já foram encaminhadas ao governo federal, Ministério da Agricultura e Ministério da Reforma Agrária", comentou.

Com relação à solicitação do município de Ipumirim, que trata de um programa que cria descontos na tarifa de energia elétrica consumida no período entre 21h30 às 6 horas, semelhante a um programa implantado no Paraná, Reno Caramori declarou seu apoio. "Com a implantação do programa assegurando a redução de energia no período noturno vamos contemplar os agricultores comerciais, garantindo a permanência da atividade no estado", frisou.

Governo vai encaminhar projetos para área da Segurança Pública

Uma das propostas trata do plano de carreira para Polícia Civil e outro prevê melhorias salariais para servidores

Denise Arruda Bortolon

O Legislativo foi palco, nos últimos dias, de debates e negociações entre Executivo e representantes da polícia. Como resposta às reivindicações da categoria, o Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, no dia 30 de junho, dois projetos de lei para Segurança Pública. Um deles trata do plano de carreira para a polícia civil e o outro prevê melhorias salariais aos servidores das duas instituições. Para discutir as propostas e reivindicações, foi formado um grupo coordenado pelo secretário de Coordenação e Articulação, Valdir Cobalchini, que esteve na Casa dia 16 em reunião com a base governista.

O grupo é formado pelo líder do Governo na Assembleia, deputado Elizeu Mattos (PMDB), pelos secretários da Fazenda, Antônio Gavazzoni, da Administração, José Nei Ascari e da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, a Procuradoria Geral do Estado e representantes das Polícias Militar e Civil. O grupo deve se reunir novamente dia 23.

Após uma reunião dia 15, na Casa D'Agrônoma, entre o governador Luiz Henrique da Silveira, o comandante da Polícia Militar de

Santa Catarina, coronel Eliésio Rodrigues, e o chefe da Casa Militar do Centro Administrativo, coronel João Luiz Botelho, ficou decidido que o Executivo estenderá os benefícios aos policiais militares. "Este projeto supre os benefícios retirados pela Ação Direita de Inconstitucionalidade contra a Lei 254. Ele fortalece a harmonia entre as duas polícias e esta é a intenção do governo", reforçou Cobalchini.

O secretário ressaltou que há consenso em 95% do projeto sobre o Plano de Carreiras e que até o dia 30 vai encontrar um meio de atender às reivindicações das duas corporações. "O plano de carreira terá uma repercussão financeira de R\$ 500 mil a R\$ 600 mil por mês com a compactação dos cargos dos servidores, ajuste que já foi feito pelo Tribunal de Justiça e o Ministério Público estadual", esclareceu.

Para o líder do Governo, os projetos estão sendo feitos com muito estudo e dentro das possibilidades da Administração estadual, dando ênfase à harmonia entre as duas corporações. "Estamos trabalhando com os pés no chão, porque não queremos que aconteça aqui o que ocorreu com a Lei 254", declarou Elizeu Mattos.



Para líder do governo, Elizeu Mattos, projetos buscam harmonia entre polícias; Sargento Soares critica medidas

Oposição vê iniciativa com desconfiança

Funcionário de carreira da Polícia Militar, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) disse que o governador não negocia com a categoria há três anos. Por este motivo, vê com desconfiança os novos projetos.

"O governador não apresenta nada de concreto. Não participamos, não discutimos e não sabemos o que vem. As me-

lhorias estão sendo discutidas entre o governador e a cúpula da Polícia Militar, o que não atende os nossos anseios. Vem bomba por aí."

Já o deputado Pedro Uczai (PT) acrescentou que o governo é vítima de seus próprios equívocos. Para ele, um projeto bem elaborado teria que abranger todas as categorias da Segurança

Pública e não apenas as Polícias Militar e Civil.

"Os agentes prisionais e monitores não foram agraciados nestes projetos. O governo não apresenta um plano sério, manda aos pedaços. Será que os agentes prisionais terão que soltar os presos para serem contemplados?", questionou Pedro Uczai.

PP acusa Executivo de distribuir uniformes só em ano eleitoral

A bancada progressista acusou, na sessão do dia 16, o governo do Estado de distribuir uniforme escolar para os alunos da rede pública estadual apenas em ano de eleição. De acordo com o deputado Joares Ponticelli (PP), o governo distribuiu 450 mil uniformes para os alunos nos anos de 2004, 2006 e 2008, porém em 2009 não foram entregues os uniformes. "Gostaria de saber se o fato de não ser ano eleitoral justifica o abandono da iniciativa. Por que nos anos ímpares não ocorre a doação?", questionou.

Para o deputado Kennedy Nunes (PP), a iniciativa do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), no comando do Executivo há seis anos, é vista como promoção eleitoral. "Essa atitude é uma vergonha para os catarinenses", frisou.

O deputado Plínio de Castro

(PP) acrescentou que essa articulação em ano de eleição visa campanha. "Independente de ano eleitoral ou não as crianças continuam esperando pelos uniformes, uma vez que muitas são carentes e necessitam", mencionou.

Defesa

As críticas fizeram o deputado Darci de Matos (DEM) lembrar que nenhum governo anterior teve a iniciativa de beneficiar os alunos com uniforme. "Sem dúvida o governo precisa entregar os uniformes de 2009, porém vale lembrar que os uniformes de 2008 foram entregues em agosto e ainda estão em boas condições de uso."

O deputado Elizeu Mattos (PMDB), líder do governo na Assembleia, explicou que não

se trata do governo não querer liberar os uniformes em 2009, mas que existe uma briga entre as empresas pela licitação.

Na esteira dos uniformes, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) aproveitou para apresentar o novo kit escolar do governo estadual para beneficiar as crianças dos ensinos médio e fundamental. "O kit conta com material didático, entre eles caderno, régua, lápis e esquadro, que serão doados a 630 mil alunos de 1ª a 8ª série", frisou.

Aguiar ressaltou que o investimento de R\$ 12 milhões visa muito mais do que um benefício aos alunos, pois está contribuindo para a preservação da natureza. "Foram usadas 11 mil garrafas pet na fabricação do material escolar, sendo que uma garrafa leva 110 anos para se decompor", observou.

Parlamentares contra pedágio

Parlamentares se posicionaram, dia 15, diante da confirmação da cobrança de pedágio a partir do dia 16, no Km 221 da BR-101 em Palhoça. Lamentando a situação, o deputado Edison Andriano (PMDB) propôs uma manifestação a ser realizada no dia 20, a partir das 10 horas, na praça de pedágio, visando rever a iniciativa, uma vez que julga a cobrança naquele ponto injusta. "Não sou contra o pedágio, pois esse mecanismo melhora as rodovias e assegura a sua manutenção. Porém neste caso estamos falando de um trecho não duplicado, onde a obra ainda não foi realizada."

Também contra a cobrança da tarifa se posicionaram os deputados José Paulo Serafim (PT), José Natal (PSDB) e Joares Ponticelli (PP). Serafim mencionou que vai continuar articulando com o governo federal e com a senadora Ideli Salvatti (PT/SC) para tentar suspender a cobrança em Palhoça.

Para tentar reverter essa situação, o deputado Cesar Souza Júnior

(DEM) apresentou o Projeto de Lei nº 98/09, que isenta do pagamento da taxa todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam as praças de pedágio. Conforme o parlamentar, o pagamento pode ser impedido por uma ação judicial de iniciativa da prefeitura local, ou ainda, pelo projeto de sua autoria. A proposição já foi aprovada nas Comissões de Constituição e Justiça e de Economia estando, agora, na Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Da mesma forma, o presidente da Comissão de Transportes, deputado Reno Caramori (PP), apresentou moção ao governo federal, visando a suspensão imediata da cobrança de pedágio dos motoristas residentes nos mesmos municípios onde estão instaladas as praças. "O sistema precisa ser corrigido, pois traz ônus desproporcional a esta população, em função dos deslocamentos diários realizados muitas vezes no mesmo trajeto", justifica.

Plenário admite PEC que muda tramitação de medidas provisórias

Projeto de emenda dobra prazo para análise, que passa para 60 dias

Eduardo Guedes de Oliveira



Autor da PEC, deputado Ponticelli concorda com críticas de colegas, que defendem extinção das medidas provisórias

O Plenário aprovou, dia 17, a admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº. 07/2008, que altera os prazos de tramitação das medidas provisórias.

A PEC admitida, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), estipula que as medidas provisórias, até agora com prazo de 30 dias para serem convertidas em lei, prorrogáveis por mais 30, passe a ter 60 dias para análise, prorrogáveis por mais 60.

A proposta, que precisou da assinatura de um terço do Parlamento, ou 14 assinaturas, para vir a Plenário, retorna agora para a Comissão de Constituição e Justiça, onde obedece seu trâmite regimental, transformando-se em projeto de conversão em lei.

Um dos parlamentares que se manifestaram contrários ao projeto, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) destacou que a proposta "diminui o poder do

Legislativo". Ainda, para o pedetista, "iniciativas que necessitam de uma análise agilizada podem ser encaminhadas como projetos de lei em medida de urgência, o que concede a eles um prazo de 45 dias para tramitação".

O deputado Pedro Uczai (PT) avaliou que a matéria "é o aperfeiçoamento de uma excrescência" e afirmou que "gostaria de ter força para excluir este instrumento da Constituição Estadual".

Na mesma direção, a deputada Angela Albino (PCdoB) lembrou que as medidas provisórias são a releitura dos decretos lei, feitos para impedir o debate em torno de proposições do regime militar. "A adoção do instrumento das medidas provisórias aconteceu prevendo a implantação do parlamentarismo, o que não aconteceu. Agora, todos os governos vêm nesse instrumento uma via para aprovação de ini-

ciativas que julgam urgentes", argumentou a deputada.

Autor da PEC, o deputado Joares Ponticelli concordou com os colegas quanto à necessidade de se extinguir o instrumento das medidas provisórias, "mas como parece inviável esta opção, melhor adequar esta ferramenta". O progressista ainda enfatizou que se está adequando a Constituição Estadual à Carta Magna da Federação, "que em 2001, através da emenda constitucional nº. 32, adotou este prazo para as MPs".

Também favorável à admissibilidade, o deputado Marcos Vieira (PSDB) salientou que o prazo de 30 dias é, muitas vezes, diminuto para a análise de algumas medidas. O tucano informou que Santa Catarina, em toda sua história, "editou 154 medidas provisórias, ao contrário do atual governo federal, que utiliza o instrumento para qualquer assunto".

Autorizada abertura de crédito para SC Parcerias

Na mesma sessão, os deputados deram sinal verde ao Projeto de Lei (PL) nº. 80/2009, que autoriza abertura de crédito especial em favor da SC Parcerias no valor de até R\$ 132,5 milhões.

Encaminhado pelo Poder Executivo, o PL 80/2009 estipula que fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 132.500.000,00 (cento e trinta e dois milhões e quinhentos mil reais), por conta do excesso de arrecadação do

orçamento da SC-Parcerias S/A no corrente exercício.

A matéria, a princípio, não tinha rejeição na oposição, não fosse uma emenda aditiva. Segundo o deputado Décio Góes (PT), a emenda, que permite às empresas venderem seus créditos gera despesa, o que caracteriza vício de origem. "A emenda foi apresentada na Comissão de Constituição e Justiça e foi rejeitada. Mais tarde, apresentada na Comissão de Finanças, foi admitida. O projeto é meritório,

mas a emenda compromete sua aprovação", afirmou.

Avaliação partiu do deputado Uczai. "A emenda foi rejeitada por gerar custo, o que é inconstitucional, e mesmo assim foi aprovada na Finanças. O rito do Parlamento tem que ser respeitado". Para o deputado Ponticelli, "maior preocupação é com a herança maldita aos próximos governantes, algo parecido com a Invesc", disse o progressista, referindo-se a uma antiga e polêmica emissão de títulos.



Presidente Jorginho Mello destaca economia de R\$ 60 mil/ano

Diário da Assembleia só por meio eletrônico

A Mesa da Assembleia Legislativa aprovou dia 17 o Projeto de Resolução que define que o Diário da Assembleia deixará de ser publicado por meio impresso, passando a ser veiculado exclusivamente por meio eletrônico. O projeto segue agora para Comissão de Constituição e Justiça, indo depois para plenário. Além de facilitar o acesso às informações contidas no Diário, a publicação exclusivamente virtual deverá gerar uma economia de aproximadamente R\$ 60 mil por ano.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), informa que o Projeto de Resolução representa economia para o Parlamento estadual. "Por ano, nossa economia em impressão e papel será de aproximadamente R\$ 60 mil, valor este que poderemos investir em outras melhorias na Casa", afirmou o presidente. Jorginho Mello disse ainda que esta decisão da Mesa é mais uma medida de contenção de gastos, a exemplo do que já é adotado com o Clipping (resumo de notícias), que também deixou de ser impresso e é acessado através do site da

Assembleia.

"A tecnologia, a informática são ferramentas poderosas e fazemos uso dessas ferramentas para a divulgação dos atos oficiais do Legislativo ao público em geral, com economia e agilidade, além da preocupação com o meio ambiente, já que a impressão em papel deixará de existir", destacou.

O Diário da Assembleia está no site do Parlamento desde 1999, conforme a Lei 11.166/1999, que em seguida foi revogada pela Lei 495/2000. Ele tem a missão de dar publicidade aos atos da Presidência, licitações, ofícios diversos, portarias, projetos de lei, audiências públicas, sessões solene, entre as demais atividades do Parlamento estadual. Do diário impresso são distribuídos pela Assembleia 110 exemplares de cada edição, solicitados pela Coordenadoria de Publicações, sem número definido de páginas.

Antigamente, o Diário da Assembleia era datilografado em uma brochura e os atos eram publicados pela Imprensa Oficial do Estado. Desde 1999, a publicação oficial é feita pela própria Assembleia.

Criada Fundação ENA-Brasil

Aprovado, dia 16, o Projeto de Lei Complementar 07/09, do Executivo, que institui a Fundação de Amparo à Escola Nacional de Administração - ENA Brasil, vinculada ao gabinete do governador. A entidade tem como diretriz básica a busca do autofinanciamento, com autonomia técnico-científica, operacional, administrativa e financeira.

Compete ao novo órgão formar gestores públicos por meio de cursos e programas de capacitação e formação e

de cursos de educação continuada, desenvolver uma visão ampla e integrada da administração pública junto aos participantes, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade do Estado perante a sociedade. Entre as atribuições, estão fornecer serviços de formação, capacitação e aperfeiçoamento aos servidores dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público, nas três esferas de governo.

Aprovados cinco projetos de conversão em lei de MPs

A Assembleia Legislativa aprovou, dia 10, cinco projetos de conversão em lei das medidas provisórias. A aprovação teve apoio de todas as bancadas com assento na Casa e, portanto, aconteceram por unanimidade.

A MP nº. 150/2009 autoriza o empréstimo de cerca de US\$ 35 milhões, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para ações que devem abranger mais de 10 mil famílias; a MP nº. 151/2009 prevê R\$ 40 milhões para o Programa de Modernização do Transporte Coletivo de Joinville, através de financiamento

a ser contraído pela Secretaria da Fazenda com o Bndes.

A MP nº. 152/2009 destina financiamento de 17,6 milhões de euros de instituição alemã para a modernização tecnológica dos hospitais da rede pública, através do programa ProSaúde; a MP nº. 154/2009 encaminha recursos para pavimentação de rodovias que totalizam R\$ 611 milhões, viabilizando as etapas cinco e seis do Programa Rodoviário de Santa Catarina do Deinfra através da captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e a MP nº. 153/2009 destina 142,8

milhões de dólares, o equivalente a R\$ 291 milhões, captados junto à agência de fomento japonesa, para investimentos da Casan em saneamento básico.

Também foi aprovado com unanimidade o Projeto de Lei nº. 150/2009, de autoria do Executivo, que dá isenção de taxa de serviços da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fatma) para captação de água subterrânea nos municípios que tenham decretado situação de emergência em razão de estiagem. O PL define que a isenção será válida durante a vigência da situação de emergência decretada.

Moção de repúdio à Procuradoria Geral da República

Uma moção de autoria do deputado Marcos Vieira (PSDB) gerou debate na sessão do dia 10 antes de ser aprovada pelo Plenário. No texto, o parlamentar manifesta, ao procurador geral da República, repúdio em virtude da expedição do Ofício nº 856/09-DTCC/RR/SC, por parte dos procuradores da República Analúcia Hartmann e Eduardo Barragan Serôa da Motta, questionando a aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina.

Em sua defesa da proposta, Vieira destacou que o Supremo Tribunal Federal ainda não questionou nenhum artigo do código e que os procuradores abusaram de sua competência ao encaminhar correspondência aos prefeitos "contendo ameaças" caso cumprissem o código. Na mesma direção, o deputado Edison Andrino (PMDB) acredita que "enquanto não houver julgamento da Ação de Inconstitucionalidade (Adin) o

código é lei".

Já o deputado Pedro Uczai (PT) questionou a moção, afirmando que os procuradores não extrapolaram suas ações "apenas defenderam o que estipula a Constituição Federal". A deputada Angela Albino (PCdoB) reconheceu a ilegalidade do código por conta de artigos que vão de encontro à leis federais e elogiou a atuação da procuradora Analúcia Hartmann.

José Paulo Serafim e Angela Albino assumem vaga em rodízio de bancada

O PT iniciou, dia 10, um rodízio na bancada, dando oportunidade para os suplentes da coligação PT, PC do B e PRB, que disputou as eleições proporcionais, atuarem no Parlamento. Assumiram assento por 60 dias o deputado José Paulo Serafim (PT) no lugar do deputado Padre Pedro Baldissera (PT) e a deputada Angela Albino (PCdo B) em substituição à deputada Ana Paula Lima.

Depois de agradecer a todos pela posse, José Paulo Serafim, que estava dois anos distante do Parlamento (foi deputado de 2004 a

2007), afirmou que o tempo de dois meses é pequeno, mas a força do trabalho garante que seus objetivos sejam alcançados. "Isso se dará porque nossas lutas são constantes. Às vezes até ganhamos uma batalha, mas as mudanças são embargadas por falta de compromisso social", disse.

De acordo com o parlamentar, esses dois meses serão destinados para a solução dos problemas da Barra do Camacho, acesso ao Balneário Esplanada e a conclusão do anel viário de Criciúma. "Estamos certos de que com todos os companheiros conseguiremos corresponder às expectativas", afirmou confiante.

A deputada Angela Albino (PCdoB), por sua vez, afirmou que o seu partido estava esperando por uma vaga há 30 anos. Segundo Angela, esse momento foi muito almejado e há muito tempo ela esperava ouvir uma frase da tribuna. "Sempre esperei ouvir essa frase: boa tarde Santa Catarina, aqui fala uma deputada do PCdoB. Para que chegássemos aqui, muitos de nós passamos dias de trabalho e noites insones", disse emocionada.

A parlamentar também afirmou que o momento é oportuno, principalmente pela proximidade do Partido dos Trabalhadores (PT). "Esse é um gesto muito generoso. Ele dá oportunidade à ascensão dos suplentes", completou.

Como bandeira, Angela afirmou que vai trabalhar pelas mulheres, pela população negra e pela instalação da Defensoria Pública. Outra questão que deverá ser trabalhada é a mobilidade urbana. "Esse é um problema que massacra a classe trabalhadora e a classe produtiva, em especial da Grande Florianópolis".



José Paulo Serafim: expectativa



Angela Albino: 30 anos de espera

[GABINETES]

SUINOCULTURA

O deputado Plínio de Castro (PP) cobrou dos governos federal e estadual uma solução urgente para a situação da suinocultura catarinense, que está descapitalizada. Frisou que a queda das exportações de suínos, por exemplo, caiu vertiginosamente de 2002 para 2008, e que a tendência é a de uma queda maior ainda. O setor emprega cerca de 50 mil pessoas em Santa Catarina.

Plínio disse que o governador do Estado deveria liderar um movimento e ir a Brasília na busca de reverter o "quadro caótico" da suinocultura catarinense. Sugeriu ainda que os deputados estaduais unissem os esforços com os seus colegas da bancada federal no sentido de buscar uma solução junto ao governo da União. **(Jandyr Côrte Real)**

MINHA CASA, MINHA VIDA

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) encaminhou indicação ao Governo do Estado e ao Presidente da Cohab-SC, solicitando ações efetivas com os empresários da indústria da madeira, voltadas ao programa nacional 'Minha Casa, Minha Vida', visando sensibilizar o Governo Federal para a construção de casas em madeira para esse programa, sendo uma alternativa para dinamizar o setor florestal do Estado, que produz madeira renovável há várias décadas e que tem enfrentado dificuldades com as exportações. Segundo o deputado, as indústrias de Santa Catarina têm madeiras sustentáveis e tecnologias para oferecer matéria-prima dentro dos padrões exigidos pela Caixa Econômica Federal. Segundo ele, a construção de residências de madeira, é tradicional nos países de primeiro mundo. **(Assessoria de gabinete)**

REGISTRO SINDICAL DO ANDES-SN

Defensor do sindicalismo autônomo, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) comemorou a regularização do registro sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através de ato do ministro Carlos Lupi, no dia 5 de junho.

De acordo com o despacho, publicado no Diário Oficial da União, foi restabelecido o registro sindical do Andes-SN para representação dos docentes de ensino superior do setor público em todo o território nacional. O ato exclui a representatividade dos professores do setor privado, que contestaram a representação, tanto em 2003 quanto em 2009. Para o parlamentar, a decisão do ministro é uma vitória do sindicalismo pautado na autonomia e independência. **(Alexandre Bandrão)**

TRANSPORTE COLETIVO

A deputada Angela Albino (PCdoB) iniciou uma série de reuniões com representantes do Executivo Municipal, reiterando que as questões relativas à mobilidade urbana em Florianópolis e região metropolitana serão prioridade na sua atuação no Legislativo. No dia 18, se encontrou com o prefeito em exercício da Capital, João Batista Nunes (PR). Além de apresentar propostas para a mobilidade urbana na capital, a deputada também tem preocupação com o impasse entre as empresas de transporte coletivo e os trabalhadores. Ainda na pauta da conversa o edital de licitação para os transportes coletivos, em análise na Câmara de Vereadores, e a sugestão de que a prefeitura estabeleça um subsídio para as tarifas, evitando que os usuários do transporte coletivo arquem com o ônus dos custos das empresas. **(Linete Martins)**

PRODUTORES RURAIS DE CAMPO BELO

O superintendente de Varejo e governo de Santa Catarina do Banco do Brasil, José Carlos Reis da Silva, encaminhou ao deputado Elizeu Mattos (PMDB) relatório dos trabalhos realizados em Campo Belo do Sul. Trata-se de uma prestação de contas enviada ao parlamentar que, em abril último, acompanhado por integrantes da Associação dos Produtores Rurais Amigos da Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, estiveram reunidos com a superintendência do BB, em Florianópolis. "Analisamos cada caso dos produtores individualmente, encaminhando-os para as devidas providências", destacou o superintendente. **(Assessoria de gabinete)**

Uma lei não é uma lei sem você.

Há 175 anos foram criadas as Assembleias Provinciais no Brasil, hoje Assembleias Legislativas dos Estados. Desde então, a preocupação dos parlamentares catarinenses é com você, com os seus direitos, os direitos dos seus filhos e o futuro da vida do cidadão.

Frequente a Assembleia e participe dos grandes debates da história.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

www.alesc.sc.gov.br